

Educação Escolar Quilombola no Maranhão: análise de uma experiência**Quilombola School Education in Maranhão: analysis of an experience**

DOI:10.34117/bjdv6n10-156

Recebimento dos originais: 08/09/2020

Aceitação para publicação: 07/10/2020

Deuzilene Reis

Licenciada em Pedagogia da Terra pela Universidade Federal do Maranhão, Campus do Bacanga/São Luís-MA, Av. dos Portugueses, 1966 - Vila Bacanga, São Luís - MA, 65080-805
E-mail: deuzaderyck@hotmail.com

Enimeyre de Melo Cavalcanti

Mestranda em Gestão de Ensino da Educação Básica na Universidade Federal do Maranhão
Professora de Língua Portuguesa na Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar
Campus do Bacanga/São Luís-MA, Av. dos Portugueses, 1966 - Vila Bacanga, São Luís - MA,
65080-805

E-mail: enimeyre.cavalcanti@discente.ufma.br

Lucileide Martins Borges Ferreira

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão, Campus do Bacanga/São Luís-MA,
Av. dos Portugueses, 1966 - Vila Bacanga, São Luís - MA, 65080-805
E-mail: cileidinha83@hotmail.com

Marilda da Conceição Martins

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo
Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Campus do
Bacanga/São Luís-MA, Av. dos Portugueses, 1966 - Vila Bacanga, São Luís - MA, 65080-805
E-mail: marilda.conceicao@ufma.br

Ruth Mayra Gomes Melo

Mestranda em Gestão de Ensino da Educação Básica na Universidade Federal do Maranhão
Professora da Educação Infantil do Município de São José de Ribamar-MA, Rua Silva Rocha s/n,
Vila Tamer, São José de Ribamar-MA, CEP:65.110-000
E-mail: ruthmayra.g.m@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a educação escolar no Quilombo Alto Brasil, Boa Vista, em Cururupu, Maranhão. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, que elegeu o estudo de caso como abordagem de procedimento e o questionário como instrumento de coleta de dados. Para a fundamentação teórica recorreremos aos estudos de Fiabani (2012), Leite (2002), Nascimento (2009), dentre outros. Ao longo da pesquisa foram feitas algumas constatações: a) a educação para as populações quilombolas se insere no bojo nas discussões sobre a educação do campo brasileira; b) a educação quilombola é um movimento conquistado a partir de vários sujeitos, dentre eles, os que se vincularam aos movimentos sociais camponeses, c) a educação escolar quilombola na especificidade maranhense é resultante de manifestações e contribuições do movimento negro, das lideranças quilombolas, de pesquisadores e diferentes instituições educacionais, d) a conquista da

terra e da educação escolar no Quilombo Alto Brasil, Boa Vista, em Cururupu, Maranhão envolveu a resistência, luta e envolvimento político de muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Palavras-chave: Educação escolar, Educação do Campo, Quilombo.

ABSTRACT

This research has as main objective to analyze the school education in Quilombo Alto Brasil, Boa Vista, Cururupu, Maranhão. It is, therefore, a qualitative research that chose the case study as a research approach and the questionnaire as an instrument for data collection. For the theoretical basis, we used the studies of Fiabani (2008), Leite (2002), Nascimento (2009), among others. Throughout the research were made some findings: a) education for the quilombola populations is inserted in the bulge in the discussions about the education of the Brazilian countryside; b) quilombola education is a movement conquered from several subjects, among them, those who were linked to peasant social movements, c) quilombola school education in Maranhão specificity is the result of manifestations and contributions of the black movement, quilombola leadership, of researchers and different educational institutions, d) the conquest of land and school education in Quilombo Alto Brasil, Boa Vista, Cururupu, Maranhão involved the resistance, struggle and political involvement of many rural workers.

Keywords: School education, Rural Education, Quilombo.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa¹ teve como objetivo principal analisar a trajetória da educação escolar no Quilombo Alto Brasil, Boa Vista, em Cururupu, Maranhão. Para isso, utilizamos como fonte de informações as trajetórias de vida e resistências de lideranças comunitárias.

Partimos da compreensão de que a educação escolar quilombola se insere no debate sobre terra no Brasil, mais especificamente sobre Reforma Agrária. Em 1945 com a queda do Estado Novo e com a instauração do Golpe Militar em 1964 muitas mudanças ocorreram no cenário social brasileiro. Nesse momento político, assim como em outros anteriores a esse período, os trabalhadores rurais emergem como atores políticos, reivindicando direitos e questionando políticas que sustentavam o poder agrário enraizado em uma *elite do atraso*. Nessas circunstâncias, os debates acerca da Reforma Agrária ampliaram-se com a participação popular. As chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária e universitária) eram consideradas essenciais pelo governo para o desenvolvimento econômico e social do país (MARTINS, 2016).

A discussão sobre Reforma Agrária no Brasil é histórica e permeada por tensões políticas. Se terra no Brasil é poder, a negação da terra às populações rurais camponesas é sinônimo de atraso e injustiça social. No âmbito da legislação brasileira, a Lei de Terra (Lei nº 601, de 18 de setembro

¹ Este artigo é resultado de uma investigação desenvolvida no Curso de Pedagogia da Terra, da Universidade Federal do Maranhão. Trata-se, portanto, de um trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do título de Pedagoga.

de 1850), instituiu um novo regime fundiário que impossibilitou às populações camponesas negras o acesso à terra. Nesse sentido, segundo Vendramini (2000), falar de educação escolar nos espaços rurais envolve o debate sobre direito à terra no Brasil e de como as populações rurais tiveram, ao longo da história do Brasil, esse direito negado.

Postas essas questões², definimos como objetivos específicos: Analisar, por meio de entrevistas, as ações empreendidas pelos trabalhadores rurais quilombolas para o processo de conquista da terra, na especificidade do Quilombo Alto Brasil, Boa Vista em Cururupu; e Compreender como os princípios da educação escolar quilombola se relacionam com os princípios da educação do campo.

O texto está organizado em quatro partes, sendo a primeira a Introdução. A segunda trata sobre Comunidades Quilombolas, na qual discutimos o processo histórico de ocupação e formação dos quilombos no Brasil com base nas contribuições dos seguintes autores: Fiabani (2012), Leite (2002). A terceira parte discute sobre A educação escolar no Quilombo Alto Brasil. Os autores que contribuíram com a discussão foram Martins (2016), Vieira (2012), dentre outros. A quarta parte constitui as nossas conclusões acerca do estudo.

2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: ACESSO À TERRA E À EDUCAÇÃO

Conforme Oliveira (2001), o surgimento dos quilombos está associado a diversas formas de resistências dos africanos escravizados em solos brasileiros através das revoltas, da organização coletiva e fuga das fazendas dos grandes senhores. Muitos quilombolas morreram por lutarem pela terra, pela construção de um lugar que não era apenas material, mas também espaço de significação social e de produção das condições de existência. Assim, o termo quilombo, no Brasil, origina-se a partir das fugas de negros escravizados, os quais se refugiavam em espaços de difícil acesso, para que não fossem encontrados e pudessem viver livres e construir suas casas e famílias. Atualmente esses espaços são conhecidos como Comunidades Quilombolas, com identidade histórica e relações de pertencimento.

Para Leite (2002, p.336), “quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos, esse termo vem sendo modificado através dos séculos”. No Brasil, o uso do termo foi ampliado. Fiabani (2012) ressalta que o termo quilombo ao longo da historiografia tem apresentado várias ressignificações.

² Esta pesquisa é relevante e necessária por várias razões, uma delas diz respeito aos diferentes problemas que marcam as comunidades quilombolas maranhenses. Na maior parte dos quilombos da baixada ocidental maranhense, há muitas migrações dos quilombolas para as grandes cidades. O motivo principal dessa migração está relacionado à busca de empregos, no caso das mulheres, a busca de trabalho no setor doméstico, babás, empregadas domésticas e no caso dos homens, na construção civil em Estados como São Paulo, por exemplo.

Na década de 1930, o termo foi utilizado como sinônimo de resistência negra, na década de 1970 se tornou símbolo de luta pela redemocratização do país e no ano de 1978, o quilombo e a saga de Zumbi foram ressignificados pelo Movimento Negro como os símbolos da resistência da população afrodescendente contra o racismo e a discriminação.

A Fundação Cultural Palmares foi o primeiro órgão oficial a propor uma nova ressignificação do termo quilombo, definindo-o como “lugares historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdos etnográficos e culturais” (FIABANI, 2012, p.38-39). Quilombo também é compreendido como: “comunidades negras rurais habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo” (NASCIMENTO, 2009, p.03).

Para a Associação Brasileira de Antropologia, “as comunidades quilombolas são grupos que desenvolveram práticas de resistências na manutenção e reprodução de seus modos de vida num determinado lugar” (LEITE 2002, p. 10). Para compreendermos o campo semântico do termo quilombo é preciso traçar o seu percurso histórico conceitual.

Os estudos sobre a temática dos quilombos entram na produção intelectual brasileira a partir década de 1930 e a referência para compreendê-la é o quilombo de Palmares. Ratts (2006) aponta Edison Carneiro, Roger Bastide, Clovis Moura e Décio Freitas como autores que tratam o tema como fenômeno do passado nas décadas de 1930 a 1960. O referido autor ainda cita os intelectuais brasileiros Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Joel Rufino dos Santos, como responsáveis por apresentar à academia o novo conceito de quilombo, cujo significado está voltado para a resistência política e cultural dos negros brasileiros.

Nas décadas de 1970 e 1980, momento de crescimento da produção acadêmica brasileira sobre a temática racial, os quilombos receberam, na literatura acadêmica, as denominações de comunidade negra rural e território negro. Segundo Nascimento, (2009, p.53):

[...], nesse momento, a utilização do termo quilombo passa ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, no sentido de agregação, no sentido de comunidade, no sentido de luta, como se reconhecendo homem, como se reconhecendo pessoa que realmente deve lutar por melhores condições de vida, porque merece essas melhores condições de vida desde o momento em que faz parte dessa sociedade.

Diante do exposto, podemos afirmar que a palavra *quilombo* tem vários significados. Para a população negra quilombola essa palavra reafirma a identidade de origem e de pertencimento naquele local do grupo quilombola, para os quilombolas, quilombo é vida. Para Santos (2012, p. 650):

O conceito de quilombo encontra-se em pleno processo de redefinição desde que se iniciou a aplicação do dispositivo da Constituição Federal de 1988 que prevê a titulação das terras para as comunidades remanescentes de quilombos. A ressemantização do conceito ocorre pela convergência de tradições discursivas (sobretudo aquelas pela Reforma Agrária e antirracismo) que, no bojo da definição dos sujeitos de direitos, promove uma releitura do passado e do presente e da história e das relações sociais que constituem os quilombos. (...), o quilombo aparece como uma das formas de resistência à escravidão imposta, sobretudo, a africanos sequestrados e trazidos para as Américas.

A partir dessas discussões é possível afirmar que no período colonial no Brasil, há diferentes significados para a palavra quilombo. Como afirma Santos (2012, p. 651), “eles eram sinônimos de liberdade para uns e ameaça (de roubos, de libertação de escravizados, de guerrilhas, entre outras) para outros”. O autor supracitado segue afirmando:

Sujeitos escravos fugidos (e também homens livres desprovidos de recursos dentro da ordem escravocrata), eles representavam a possibilidade de inserção num sistema de produção e repartição social mais igualitária, sendo, com isso, um modelo alternativo de sociedade que engendrava um confronto com o modelo escravista (SANTOS, 2012, p. 651).

O debate é amplo e importante, pois a reconfiguração e definição de quilombo perpassa pela discussão de identidade, de existência, de patrimônio cultural e de “valorização da origem pelos laços sanguíneos, entre outros, de maneira que o grupo reconstitui e mantém sua memória do passado para (re) elaborar sua existência étnica no presente” (SANTOS, 2012, p. 654). Os quilombos são, portanto, territórios marcados por muitas resistências, lutas, processos identitários. São espaços de representação de uma existência e resistência coletivas.

No processo histórico de busca pela elaboração de um Projeto de Reforma Agrária no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgido na década de 1980, com o lema *terra para quem nela trabalhar (1979-1983)* e, posteriormente, com o lema *terra não se ganha, terra se conquista (1984)*, tem uma expressiva contribuição para o debate de democratização de terra no Brasil. O MST se insere, portanto, em um cenário de movimentos populares do campo, tais como: os movimentos dos povos indígenas em busca da demarcação de seus territórios; a luta pela terra realizada pelos posseiros protagonizada em vários estados brasileiros; a luta dos quilombolas; a luta das quebradeiras de coco em defesa das palmeiras e as diferentes frentes de luta dos camponeses contra as desapropriações de terra para a elaboração de grandes obras do Estado.

Sobre a população quilombola, há no Nordeste, a maior concentração de quilombos do Brasil. Com um patrimônio cultural diversificado, rico e valoroso, os costumes, as tradições, as festividades e as manifestações religiosas são marcas e características das tradições quilombolas. No entanto, a cultura quilombola ainda é bastante invisibilizada no Estado do Maranhão, embora existam mais de 800 comunidades quilombolas. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019).

O Centro de Cultura Negra (CCN) e a Associação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ), no Estado do Maranhão, são entidades que trabalham diretamente na valorização da cultura negra quilombola e na busca pelo cumprimento dos direitos desta população.

No tocante à educação, o campo, e conseqüentemente, as comunicadas quilombolas têm sido espaços de lutas sociais, políticas, econômicas e socioculturais, travadas por homens e mulheres há muitas décadas neste país. A Lei nº 9.394/96, no tocante à educação do campo, estabelece que, as escolas camponesas contarão com um calendário próprio e, portanto, serão desvinculadas dos princípios próprios das escolas urbanas. As Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, aprovadas em 2001 pelo Ministério da Educação definem orientações para as modalidades educacionais camponesas, dentre as quais estão: educação quilombola e indígena.

Os anos de 1990 foram muito expressivos do ponto de vista da organização e manifestação popular no Brasil, principalmente no que diz respeito ao combate às políticas neoliberais, omissão do Estado na garantia da Educação Básica. Sobre a Educação Escolar Quilombola no Brasil pode-se afirmar que ela é resultante de inúmeras manifestações e contribuições do Movimento Negro, das lideranças quilombolas, de pesquisadores e órgãos educacionais, os quais reivindicam em um processo histórico, a construção de uma sólida política pública educacional para as comunidades quilombolas, em interface com sua produção cultural, social, política e econômica (MARTINS, 2020).

Em 2012, foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, que representa uma conquista muito importante para a população quilombola, uma vez que estabelece princípios e orientações para a garantia de uma educação que respeite a diversidade do campo.

O Ensino Fundamental, direito humano, social e público subjetivo, aliado à ação educativa da família e da comunidade devem construir-se em tempo e espaço dos educandos articulados ao direito à identidade étnico-racial, à valorização da diversidade e à igualdade. No inciso 2º. O Ensino Fundamental deve garantir aos estudantes quilombolas: I- A indissociabilidade das práticas educativas do cuidar visando o pleno desenvolvimento da formação humana dos na especificidade dos seus diferentes ciclos de vida; II- A articulação entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, num processo educativo dialógico e emancipatório; III – Um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modelos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescente quilombolas nos diferentes contextos sociais; IV- A organização escolar em ciclos, séries e outras formas de organização compreendidas como tempos e espaços interdependentes e articulados entre si, ao longo dos nove anos de duração do Ensino Fundamental, conforme a Resolução (BRASIL, 2012).

Conforme essas Diretrizes, a Educação Básica realizada em comunidades quilombolas, deve garantir a construção de um conhecimento articulado com os saberes tradicionais e as práticas

socioculturais das populações quilombolas, visando um processo educativo que atenda às especificidades da cultura e da identidade étnico-racial do povo quilombola.

Em 2003, no Brasil, como resultado de luta do Movimento Negro e quilombola em particular, foi sancionada a Lei Federal nº 10.639 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da Educação Básica. Em consequência são criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais, que estabelece a inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira no currículo e orienta novas práticas e atitudes pedagógicas no processo de formação nacional (SODRÉ, 1999).

Ainda sobre a educação quilombola no Brasil é oportuno citar o Artigo 1º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, no que se refere à organização do ensino:

A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: I) Organiza principalmente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e se alimentando: a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatório; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo país; h) da territorialidade. II) Compreende a Educação Básica em suas etapas e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica e Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância. Destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica (BRASIL, 2012, s/p).

A educação quilombola tem especificidades sociais, políticas, culturais e filosóficas. Mesmo com semelhanças entre comunidades quilombolas, em suas maneiras de estabelecer processos educativos, cada uma tem sua dinâmica influenciada pelas formas tradicionais de organização social. A socialização dos conhecimentos, das tradições, do “*ser quilombola*”, se dá a partir da troca de conhecimento e cultura entre gerações mais velhas e mais novas, a partir da tradição oral. É um processo amplo de relações que inclui família, membros da comunidade, relações de trabalho, relações com o sagrado e as vivências, inclusive nas escolas, nos movimentos sociais ou em outras organizações (CASTILHO, 2011; SILVA, 2005 e OLIVEIRA, 2009).

A educação quilombola se pauta em valores como solidariedade, *comunalidade*, resistência e afetividade. A escola tradicional, historicamente, traz como possibilidade um saber alheio ao sujeito e muitas vezes distante do seu cotidiano de vida das comunidades quilombolas, prejudicando muitas vezes, a própria formação da identidade da população negra quilombola e dos valores ligados à religiosidade africana. Para compreendermos esta distância entre escola e educação no espaço

quilombola, sem considerar neste momento as possibilidades desta se tornar um instrumento potencializador para esta sociedade, é importante ter como base a trajetória desta escola racista e buscar formas de desconstruí-la.

Sobre essa relação entre a realidade local e a mais ampla, em que a produção do conhecimento deve se ancorar é fundamental que não se perca de vista a formação da identidade da população quilombola. Para Oliveira (2009, p. 84) “a identidade se constrói com relação à alteridade. Com aquilo que não sou eu. É diante da diferença do outro que a minha diferença aparece.” É nesse sentido que a educação escolar quilombola deve passar pela discussão do currículo escolar, da formação de professores, da prática pedagógica docente, dentre outras questões. Pois, trata-se de se pensar uma educação escolar resistente, pautada na transformação da realidade social, no respeito às diferenças, na valorização da cultura, das tradições, da religião de matriz africana, passando, portanto, na construção de outro projeto de sociedade.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

No que se refere aos aspectos teórico-metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa que elegeu o estudo de caso como método de procedimento e a entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados. Como estudo de caso, nossa intenção foi “compreender uma instância singular, [...]” estabelecendo relações com aspectos mais gerais (MACEDO, 2000, p. 150). Buscamos, deste modo, compreender o caso estudado de forma relacional, compreendendo-o como constituinte de uma totalidade. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas com cinco moradores mais *velhos* do Quilombo Alto Brasil, Maranhão.

As pesquisas qualitativas associada à abordagem do estudo de caso formam os percursos metodológicos dessa pesquisa. O que se pretende é “compreender uma instância singular, especial” fazendo relações com aspecto mais gerais (MACEDO, 2000, p. 150). Buscamos, deste modo, compreender o caso estudado de forma relacional, compreendendo-o como constituinte de uma realidade, adquirindo, assim, uma totalidade social. Duarte (2008, p. 02), afirma que [...] *o estudo de caso pode constituir um interessante modo de pesquisa para a prática docente, incluindo investigação de cada professor nas suas aulas (o que implica especial cuidado com os elementos objetivos a propor aos leitores).*

Diante disto, oportuno afirmar que os dados foram coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas com cinco moradores mais *velhos* do Quilombo Alto Brasil. Buscamos permitir à pessoa entrevistada liberdade para se expressar livremente. A partir das entrevistas coletadas e das visitas feitas no quilombo Alto Brasil, os dados foram coletados e a história do quilombo foram

contadas e neste trabalho estão explicitadas em tópicos a seguir. Todos os entrevistados são pertencentes ao quilombo e foram incentivados a contar a suas histórias com liberdade. Após a coleta das entrevistas, os dados foram tabulados e analisados com base no referencial teórico adotado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quilombo Alto Brasil, tem aproximadamente 50 famílias, das quais 18 permanecem com moradia fixa na comunidade. Quinze famílias moram *indiretamente* no quilombo, pois passam a semana trabalhando no quilombo e no final de semana estão na sede do município, Cururupu, com seus filhos e filhas, os quais estudam na comunidade. Dezesete famílias dessa comunidade vivem na sede do município.

O Quilombo Alto Brasil, Boa Vista, tem aproximadamente 195 anos e está há 19 km de Cururupu, ligada a este município por uma *estrada de chão, sem asfalto*. A estrada de chão fica danificada no período chuvoso, causando problemas de acesso, pois a ponte de madeira não é suficiente para garantir o acesso à comunidade. No final de 2011, a comunidade recebeu o *Programa Luz Para Todos*³. O quilombo possui um posto médico, de taipa, precário que foi improvisado pela própria comunidade e uma escola construída em 1990, reformada em 2014 e fechada em dezembro de 2015.

A comunidade surgiu a partir da *Fazenda Aliança* de propriedade do senhor de escravos Manuel Ribeiro da Cruz, durante o período pré-abolicionista, quando o fazendeiro investia na produção de farinha branca de mandioca com destino a exportação. No sítio Alto Brasil, senhor Alexandre Ribeiro, jovem morador do sítio “Boa Vista” ao casar-se, adquiriu por meio de compra, as terras que atualmente compõem o território do sítio Alto Brasil.

Na época, Alexandre Ribeiro construiu um moinho de mandioca movido por meio de uma engenhosa maquinaria: quatro bois de carga giravam uma roda de madeira que davam tração a uma engrenagem desenvolvida para triturar raízes de mandioca, formando a massa para ser utilizada nos derivados da mandioca: a farinha seca, tapioca e o tucupi. Atualmente, o sítio Alto Brasil é de propriedade de quatro herdeiros de Alexandre Ribeiro: Sandoval Ribeiro, Arlindo Ribeiro, Rosinete Ribeiro e Sizino Pereira.

As condições ambientais do quilombo Alto Brasil, Boa Vista são favoráveis para o cultivo agropastoril, possui bastante água e terra fértil, com quatro nascentes no seu interior e mata ciliar

³ Programa de fornecimento de energia elétrica do Ministério de Minas e Energia criado em 2011. Fonte: <http://www.mme.gov.br/web/guest/servicos/ouvidoria/perguntas-frequentes/programa-luz-para-todos>. Acesso em: 25/09/2020.

que estão sendo desmatadas para fim de cultivo da mandioca, causando o desequilíbrio das fontes, o que prejudica na preservação de sua biodiversidade.

Nos bosques que rodeiam as fontes, existem uma vegetação formada por buritizais, juçaras, andirobeiras, guananins, urucuranas, camaçari, tamanqueiros e outras espécies típicas dos alagados da zona tropical maranhense. Além do plantio da mandioca, há o plantio do milho, feijão, melancia e maxixe. Nos quintais das casas, plantam-se em pequena escala: limão e laranja, cocos, quiabo maxixe, vinagreira, pimenta de cheiro e outros.

A religião predominante é o catolicismo, não há igrejas protestantes no quilombo. O Santo padroeiro é São Benedito, festejado durante o mês de setembro. Como manifestações culturais destacam-se o bumba-meu-boi de zabumba, o qual leva o nome da comunidade (Boi de Boa Vista Treme Terra da Baixada) e o tambor de crioula, que se manifesta durante os festejos de São João ou em comemorações pontuais como aniversários dos sócios, datas comemorativas, dias das mães, dos pais, a morte do boi que acontece quase sempre no terceiro final de semana de setembro.

A Associação de Moradores Quilombolas do Quilombo Alto Brasil, Boa Vista foi criada em 1983, mas foi registrado juridicamente em 1996, representando a união de moradores dos povoados Alto Brasil, Boa Vista. Nesse mesmo ano foi registrada como comunidade negra na entidade Aconeruq. Em 2004, o nome da associação foi alterado para Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola dos Povoados Alto Brasil, Boa Vista.

Em abril de 2012, a comunidade recebeu da Fundação Cultural Palmares o certificado de (*auto*) *reconhecimento* como comunidade remanescente de Quilombo. A comunidade aguarda o Projeto *Minha Casa, Minha Vida*, que foi criado em 2007 e revisto em 2013. A comunidade possui 19 quilômetros de estrada asfaltada que beneficiará várias comunidades e uma ponte de 12 metros que liga as comunidades à sede do município, Cururupu.

Ressaltam-se outros aspectos de grande relevância nesses espaços campestres que é a questão cultural, que vem se perdendo expressivamente. Motivo este que tem sido palco de muitas inquietações para nós e outros cidadãos, moradores do quilombo, que tem observado a perda do legado cultural do nosso povo. Diante do cenário que se configura nos nossos Quilombos, em que se percebe um elevado índice de perda dos nossos legados culturais, especificamente *o bumba-meu-boi, tambor de crioula*, e outros, os quais têm grande importância no regaste desses traços históricos culturais, dos elementos que até então, tem marcado nossa identidade como forma de resistência.

Percebe-se que a história é construída não só pelos grandes nomes e acontecimentos, mas principalmente por pessoas comuns e pelos hábitos e rituais culturais do dia-a-dia, a falta de sensibilização e de valorização cultural dos mais jovens (adolescentes e crianças), a falta de

incentivo pelos anciãos dentre outros. Apesar de todos esses requisitos não podemos esquecer que o cotidiano guarda ricas informações e aspectos sobre o passado.

Das vivências cotidianas surgem os fatos, as históricas, os *causos*, a esse conjunto somam-se, também, os hábitos, as vestes, os gestos, os trajetos, os ditos populares, as danças, as crenças, religiosidade que se unindo formam um conjunto de elementos que caracterizam culturalmente uma população e a identificam dentre todas as demais. Essa influência cria imagens e ficções próprias de cada ambiente, trazem consigo ricas participações socioculturais. A essa cultura, somam-se as participações folclóricas que constituem o acervo cultural de um povo.

De forma geral, as trajetórias demonstram que embora diante das dificuldades enfrentadas cotidianamente por muitos deles, há nesse lugar a manutenção das relações de união, respeito e muita luta pela garantia de terra e educação.

As falas revelam, também, que há nos sujeitos entrevistados a tentativa de permanecer em lutas e resistências, para incentivar os demais moradores do quilombo a lutarem por seus direitos. A seguir informações sobre a vida dos cinco moradores entrevistados⁴.

Santos

Santos têm, 65 anos, solteiro natural de Cururupu, nascido no povoado de Boa Vista, tem três filhos, sete netos e nove bisnetos. Mora na comunidade, após de ter passado um tempo fora da comunidade. Parte de sua família já tinha se mudado para a sede do município, ele queria viver no lugar onde ele nasceu. Ele não pode mais trabalhar na lavoura, parou em 2012 de trabalhar porque se aposentou, “*estou só comendo esse dinheiro e vivendo na paz e no silencio da comunidade*”.

Alexandre

Alexandre tem 72 anos, solteiro, natural de Cururupu, Maranhão. Nascido no povoado *Entre-Rios* no interior de Cururupu mora na comunidade de Alto Brasil desde idade seus doze anos. Começou a morar lá junto com a sua irmã e ficou por lá até seus 25 anos. Ele saiu de lá para ter sua própria família, ficava indo e voltando, conviveu com essa pessoa até ela falecer. Atualmente ele voltou a morar na comunidade. Um dos motivos para retornar ao quilombo é a amizade e amor que tem por sua irmã. Sua família inteira é trabalhadora rural.

⁴ Os nomes dos sujeitos foram modificados para garantir o anonimato

Violeta da Felicidade

Violeta da felicidade tem 82 anos, casou-se com 14 anos, de idade, está com 68 anos de casada, teve só um filho e criou nove. Tem dez netos e sete bisnetos. Ela nunca saiu da comunidade, nasceu e se criou lá. Ela é umas das pessoas mais velhas, matriarca e é a mulher mais velha que tem hoje no quilombo. No passado era vista como *parteira da última hora* da comunidade. Servia e serve até hoje como conselheira, salvadora das situações, pois quando as pessoas precisassem de algo, ela estaria pronta para ajudar.

Manuel

Manuel tem 78 anos, viúvo nascido em Boa Vista Cururupu, Maranhão. Tem doze filhos, tem aproximadamente 40 netos, 25 bisnetos e 05 tataranetos. E mora na comunidade desde quando nasceu se criou nessa comunidade, local onde vive até hoje. Saiu para a sede de Cururupu por uns anos, voltou definitivamente, porque sua família trabalha toda na lavoura. Ele afirma que *“hoje, graças a Deus tenho meu pouquinho que é minha aposentadoria, mas não larguei de trabalhar, como fazer minha roça e cria meus bichos (como uma junta de boi, dois porcos, galinhas, patos etc.)”*.

Preto Velho

Preto Velho tem 87 anos, casado, nasceu em Alto Brasil- Cururupu, Maranhão. Tem um filho, dez netos e sete bisnetos, nove filhos de criação, mora na comunidade desde quando nasceu. É a segunda pessoa mais velha do quilombo, ele é o esteio chefe, comandante da comunidade, tudo passa por ele. Por ser uma das pessoas mais velha, a opinião dele é bastante respeitada. A mãe dele morreu quando ele nasceu e foi criado pelo tio dele, com isso começou trabalhar muito cedo na lavoura, para ajudar nas criações dos filhos do tio, os pais de criação dele não se preocupou na educação dele, com os seus 20 anos, ele se casou e construiu sua família, onde convive até hoje.

A história de vida dos sujeitos entrevistados foi marcada por muita superação e diferentes tipos de enfrentamentos. No caso dos homens, a relação com o trabalho, a migração são pontos destacados e no da entrevistada, o casamento precoce e a maternidade são pontos importantes explicitados. Por meio desses traços biográficos presentes nos depoimentos, foi possível construirmos algumas percepções, uma dela diz respeito às precariedades as quais a população africana foi submetida. Para Ferraroti (2010), as biografias são possibilidades de traduzir nos comportamentos individuais ou microssociais, as estruturas sociais.

As trajetórias escolares dos cinco sujeitos entrevistados foram marcadas por muitas resistências e, de certo modo, por descontinuidades. Vejamos o que revelam os relatos a seguir:

“Eu estudei até o segundo ano. Faz um cálculo, uns 55 anos, a escola ficava na comunidade era só funcionava o primeiro turno de manhã, sempre dando lição, na segunda, terça e quarta, na quinta e na sexta-feira. Era a tabuada e no sábado, era catequismo. O primeiro professor dele foi Maria Silva e Filipe morava perto de onde ele nasceu no Alto Alegre. A escola funcionava na própria casa de moradia do professor. A escola só funcionava até o terceiro ano. E agora ela funcionava até da primeira a quarta série. No meu tempo não se comentava a questão negra racismo, se comenta de certa época pra cá” (SANTOS).

“Estudei muito pouquinho, eu só dei o primeiro ano. Quando eu comecei a estudar, já tinha uma idade bem avançada, tinha assim uma idade de doze anos. Aí eu fui só levei um ano no colégio. O professor morava na Boa Vista, sempre foi na boa vista naquele pedacinho ali, porque foi feito lá no Sitio Grande, eles fizeram lá e depois passou pra casa de seu Edi sempre lá nesse lugarzinho Boa Vista. [...]. Era boa, a gente estudava esse era uma carta de ABC, aí ele garrava ensinava aquelas pessoas que não sabiam, furava um papel e escondia outra letra e botava a letra que ele queria pra gente saber que letra era, assim que funcionava. Ah, era muito bom, a gente chegava lá, ele vinha receber os alunos dele, todo mundo que chegava tomava a bença pra ele, aí ele fica pra lá, aí tinha um negócio que ele batia blam blam, blam blam, blam blam, chamando “sino”.. E muito porque sempre na escola da cidade tens os melhores professores e na do campo sempre vai aqueles mais menos tem pessoas que não é diplomados.” (ALEXANDRE).

“Sim, pra gente estudar e o professor cobrava por mês de cada aluno por pais da gente. Lembro o primeiro professor era André e a escola fica lá em Alto Brasil, ela funcionava das 7 até as 11 horas. Estudei mais pouco a primeira vez foi só até segunda série e depois de velha voltei estudar, três anos aqui estudei até quarto ano na Boa Vista com Sebastiana. Já tem um ano que parei de estudar, ficava o mês que eu não sei estava pequena. Era um barracinho nem coberto e tapado de pindoba anajá de palha era só e um quartinho tapado de pindoba. Ela funcionava das sete horas às onze horas, aí tudo sentadinho pelo banco, uma mesinha. A de seu André, a escola ficava no Alto Brasil. O estudo no meu tempo quando comecei era estudado na cartinha de ABC, o professor tomava lição da gente, agora não toma mais, só escreve lá. Estudei até o terceiro ano, eu parei de estudar faz uns 60 e poucos anos já porque estou com 77anos. Faz uns dois anos que parei de estudar na Educação de Jovens e Adultos” (VIOLETA DA FELICIDADE).

“O estudo no meu tempo é o seguinte a gente tinha o grande respeito pelo professor e ele mandava a gente fazer um trabalho, tinha que manter aquela ordem certa fazendo tudo direitinho. Nós não falávamos essas coisas não, pra professor responder mal para os professores” (MANUEL).

“Era um senhor que chegou aí que prometeu de que ia ensinar porque viu muitas crianças analfabetos, sem os pais ter condições de botar pro colégio pra Cururupu, por aqui ser interior. Aí ele disse que aí funciona um colégio, se pagasse ele por mês ia botar pra funcionar, ele fez um barroco coberto de pindoba anajá e tapado arredor, fez um quartinho onde ele morava que ele se hospedava. Aí ele passou a ensinar os meninos e eu não estudei nessa época porque estava bem grandinho, aí trabalhava no campo, aí não cheguei ter azer (prazer) de estudar com ele de dia. (PRETO VELHO).

Todos os entrevistados passaram pelo *banco* escolar. Violeta, Manuel e Preto Velho estudaram na primeira escola do quilombo, escola feita pela própria comunidade. Neste sentido, nas falas apresentadas, são expostos diferentes aspectos que marcaram a vida escolar dos sujeitos entrevistados, moradores do Quilombo Alto Brasil, Boa Vista. Sobre o conteúdo apreendido em

seus *curtos* processos de escolarização, destacam-se a aprendizagem da tabuada, da Cartilha de ABC e das aulas de *catequismo*. O ensino era *focado*, portanto, no ensino das primeiras letras e dos cálculos, aprender a ler e a contar era, deste modo, o centro do processo educativo dos quilombolas entrevistados. É necessário se pensar na qualidade da educação quilombola, pois segundo Carril (2017), a escola quilombola deve ser um espaço de debate sobre diferentes temas, inclusive sobre a identidade das crianças, jovens e adultos deste espaço.

Sobre os aspectos físicos e os rituais da vida na escola, pode-se mencionar, a partir das lembranças de um dos entrevistados: a) a escola frequentada pelos entrevistados não possuía um prédio próprio, as aulas eram, portanto, realizadas na *casa dos professores*. Situação que demonstra o histórico *altruísmo* dos professores, pela realização da educação no Brasil, mais especificamente do Maranhão; b) O sino era uma forma de mobilizar os estudantes e ficou marcado na lembrança e na memória de um dos entrevistados, c) Os estudantes respeitavam *mais* os seus professores, conforme mencionado na fala dos entrevistados era comum, portanto, que os estudantes tomassem a *bênção* para os professores, em um símbolo de extremo respeito aos seus educadores, d) nas práticas escolares atuais há diferenças com as vivenciadas pelos entrevistados, dentre essas diferença pode-se citar, os rituais dos professores de *tomar as lições* dos estudantes, e) os estudantes pagavam uma mensalidade para os professores, situação que demonstra o caráter privado e, de certa forma, amador da educação.

Seguindo nas análises das falas acima, outro aspecto mencionado diz respeito à violência praticada no ato educacional, materializado pelas *réguas, bolo, palmatórias*. Os estudantes considerados *rebeldes* eram punidos de diferentes formas, com alguma espécie de violência. Em *Práticas Punitivas e de Controle na Escola*, Ramos (2010) discute a herança histórica escravocrata do Brasil e as relações com os castigos corporais vivenciados na escola. No bojo de combate a essas práticas, pode-se citar a mobilização e criação de algumas instituições, tais como, o Conselho Tutelar e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enquanto conquistas de combate à violência na escola e nos espaços domésticos.

Outro aspecto mencionado pelos entrevistados diz respeito ao descaso do governo municipal com a educação escolar pública das escolas camponesas, neste caso, com as escolas quilombolas. Segundo um dos entrevistados, para as cidades são sempre enviados os *bons professores*, os *“adiplosados”* e para as escolas do campo são enviados os professores sem diplomas, sem tanta formação e muitas vezes, sem identificação com a cultura camponesa. Para Martins (2016), é preciso que as escolas camponesas sejam valorizadas, em suas práticas, culturas, currículos, vivências e que

os espaços rurais não sejam espaços de *desterros* de professores punidos pela política partidária, ou seja, de professores que não gostariam de estar nesses espaços.

Outras situações mencionadas pelos entrevistados dizem respeito à dificuldade dos estudantes de conciliar trabalho e escola, motivo pelo qual muitos dos estudantes abandonaram a vida escolar. Associado a essa situação, outra: a vida na escola não era fácil e nem muito estimulante, pois, os estudantes levavam os seus *bancos, cadeiras* para estudar.

A escola frequentada pelos entrevistados não combatia o racismo, não possuía uma prática pedagógica de resistência ao preconceito e de valorização da cultura e dos saberes da população africana. Isso demonstra, portanto, que a valorização do debate étnico-racial ainda é atual e desafiante, conforme afirma Vieira (2012). Nesse sentido, compreende-se que a escola brasileira não é um espaço neutro, pois a educação escolar é composta de muitas estruturas que explicitam essa afirmação, uma delas é o currículo escolar. Segundo Apple (1982), o currículo da escola é um documento que concentra várias disputas em diferentes arenas sociais, políticas, econômicas, filosóficas e culturais. O currículo, portanto, não está isento do debate da luta de classes. O que se busca, portanto, a partir dessas reflexões é compreender a necessidade de construção de práticas pedagógicas inclusivas, de combate ao racismo e de emancipação da população afrodescendente brasileira.

Sobre a situação das mulheres há muitos pontos foram ressaltados, um deles diz respeito a situação especial de opressão que as mulheres afrodescendentes no Brasil foram ou estão submetidos. Segundo Ribeiro (2018), as mulheres negras estavam submetidas aos mesmos tipos de violência e trabalho que os homens, com uma exceção, a de que as mulheres negras eram violentadas sexualmente. Deste modo, este trabalho nos faz pensar que, mesmo nos dias atuais, o acesso das mulheres negras à educação escolar é diferente do acesso dado aos homens. O índice de analfabetismo, de desemprego das mulheres negras são superiores do que o dos homens, a procriação, a discriminação, o machismo são fatores que contribuem para esse cenário.

A seguir, pode-se perceber a forma como a educação escolar no Quilombo Alto Brasil, Boa Vista é percebida pelos entrevistados:

Não existe mais escola, só existe um grupo, mas não funciona. A primeira escola só funcionava até o terceiro ano e agora ela funcionava até da primeira a quarta série. O professor no nosso tempo tomava a lição, tinha que decorar pra tomar lição pro outro dia. Ele passava lição pra decorar, tomava lição, hoje não tem mais lição. Existem porque não é igual a do campo que me entender com a de hoje. É porque o pouquinho que estudei me sinto bem, não sei responder nada de hoje porque o estudo é diferente, a diferença é que eles estão se formando. Eu não entendo a linguagem deles e eles não entende a minha. Essa é a diferença sobre os estudos, na que eu nasci e convivo ainda não (SANTOS).

Tem hoje uma escola de verdade digna na comunidade, mas não temos professor, o colégio está fechado. Eu acho que é uma desvantagem, eu acho não, eu penso. E acho que uma desvantagem porque hoje eles botam carros pra vim buscar, mas mãe ou pai tem que ir assistir meninos ir pra Cururupu pra estudar essas três horas. E vem de novo quem mora onde o carro pode deixar tá boa, e quem mora pra mais de deslocar dois quilombos ou três de quilômetro ou três de andar quem mora lá em Boa Vista. Como o carro passa lá em boa vista, como quem mora aqui em alto Brasil, se desloca mais de dois quilômetros, aí tem que andar. A nossa escola, ela funcionava do jardim até a quarta série /4º ano (PRETO VELHO).

Existe diferença hum, hum, a diferença é que os professores daqui é mais atrasado que os de São Luís os de fora. Eu não sei falar muito, porque eu não estudei, mas eu olho e tem uma diferença porque a do campo tá aqui, porque eles mandam professor com menos graus pra cá pro colégios e lá eles querem está os mais sabidos que tem os graus mais forte, mais alto, aí eles deixa lá; (VIOLETA DA FELICIDADE).

Nas falas acima, a insatisfação dos entrevistados com o fechamento da escola do Quilombo Alto Brasil, Boa Vista em dezembro de 2015. Essa escola foi fundada em julho de 1992, funcionou, portanto, por 23 anos e a principal justificativa da Secretaria de Educação pelo fechamento da escola se refere à falta de alunos. Isso porque a maioria dos pais envia seus filhos para estudar nas escolas da cidade, alegando que nessas escolas estão os professores com melhor formação. Discurso que reforça, portanto, o histórico descaso estrutural e pedagógico com as escolas do meio rural.

A escola funcionava do pré-escolar até o quarto ano. Para os entrevistados, o fechamento dessa escola significa um grande prejuízo para a educação e formação dos moradores do Quilombo Alto Brasil, Boa Vista, pois os estudantes dessa comunidade se deslocam para as escolas de Cururupu, há diferentes ordens de *desconfortos*, dentre eles a dificuldade de deslocamento dos estudantes para acessarem o transporte escolar, pois alguns estudantes andam cinco quilômetros para ter acesso ao transporte escolar.

Outro problema ocasionado pelo fechamento da escola, diz respeito às diferenças culturais, pois a escola da cidade, de Cururupu, não possui *esforço* de trabalhar com a valorização das questões étnico-raciais. É recorrente, portanto, na fala de um dos entrevistados a desvalorização, o descaso do poder público municipal com as escolas quilombolas. Reflexo disso, é a falta ou baixa formação pedagógica dos professores que são enviados para trabalhar no meio rural. Situação que reafirma a necessidade de formação dos professores do meio rural, tanto para uma formação pedagógica específica para a realidade camponesa quanto para a formação política. Segundo as(os) entrevistadas(os):

Participo na comunidade como, por exemplo, festa, limpeza de caminho, trabalho lá na sede. Desde quando eu tô por lá, sempre participando de junto porque nós trabalhávamos. Só que não como está hoje, nos se ajuntava para fazer o trabalho era tudo combinado, era um ajudando o outro todo tempo (ALEXANDRE).

Eu participo da comunidade quilombola, desde 1977 e o Bumba-meu-boi, já fui vice-presidente da Associação Quilombola. Venci o cargo, eu deixei porque na hora de vir uma carta, eu não sabia decifrar o que era, tinha na ia por chefe aí o vice, não tava valendo nada, aí eu saí mais vivo na coordenação de outras coisas. Já às vezes a gente recebe o convite de uma, aí a gente se o grupa aí a gente vai participar lá, já nos horários que dar certo. Pelo Bumba-boi já viajamos em várias cidades do interior do Maranhão como Guimarães, Central, Mirinzal, Cedral e, agora ultimamente, nesse ano de 2016 fomos até em São Luís. (PRETO VELHO).

Participo do bumba-boi, do tambor de crioula, da associação. Faz um bom tempo, já participei como fiscal, ainda não chegou essa oportunidade de assumir um cargo maior. Quanto às atividades, já participei trabalhando pelas estradas, pois é limpando as estrada, caminhos (MANUEL).

Todos os entrevistados participam ou participaram de atividades relacionadas à militância das questões étnico-raciais. Essas atividades estão diretamente relacionadas às atividades culturais, de bumba-meu-boi, tambor de crioula, dentre outras. Essas atividades são consideravelmente formativas sob o ponto de vista da formação política, cultural, social. Sobre as atividades mais burocráticas, alguns dos militantes entrevistados mencionaram já terem sido liderança de associações ou revelaram já terem sido sócios.

É possível afirmar que o Quilombo Alto Brasil, Boa Vista é palco de muitas atividades, cotidianas de resistência que educam aos seus moradores, sejam crianças ou adultos. Isso demonstra que a máxima defendida por Brandão (1993), de que a educação é um processo mais amplo que acontece ao longo da vida toda e que a escola é apenas um dos espaços onde ela ocorre, não sendo, portanto, o espaço mais importante. Não pretendemos, no entanto, desconsiderar a importância da instituição escolar, de um modo geral, nem tão pouco, no Quilombo foco deste estudo.

A escola é uma instituição politicamente importante para a formação de um grupo crítico, uma população consciente de seus direitos, capaz de mobilizar a formação e a promoção de uma justiça social. E é essa instituição com professores formados criticamente, que a população do Quilombo Alto Brasil, Boa Vista está reivindicando, pois, a ausência dessa instituição tem provocado muitos transtornos à comunidade. A escola no quilombo tem muitas funções, podendo ser capaz de articular atividades culturais, religiosas, de resistência política, ligadas às atividades de saúde pública, dentre outras.

Para os sujeitos entrevistados, a vida no meio rural é melhor do que a vida na cidade. A alimentação além de ser obtida de forma mais fácil e saudável, é produzida coletivamente, pois há envolvimento dos trabalhadores na partilha do serviço, a agricultura familiar é, portanto, coletiva.

Um dos pontos importantes levantados pelos entrevistados, diz respeito ao silêncio presente na comunidade, aspecto que se torna bastante atraente para a vida nesse lugar, somado à possibilidade de uma vida com mais *paz*. Além disso, para os entrevistados a troca de conhecimento

da vida, da cultura são presentes nessa comunidade, revelando o conhecimento passado das gerações mais antigas, experientes para as gerações mais jovens. Deste modo, constata-se que apesar das dificuldades, a vida no campo oferece a melhor *forma de se viver*.

5 CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa revelam a partir da análise das falas dos sujeitos, que a educação recebida por eles era baseada em agressões físicas, morais e verbais. Ressaltam que no *tempo deles*, os professores eram a *estrutura* mais forte depois da família. Eles eram tratados com respeito de senhor/a, tio/a. Os estudantes tomavam *benção* na chegada e na saída da escola.

A vida escolar dos entrevistados foi marcada pelas dificuldades históricas de acesso à educação escolar pela população negra brasileira. Os relatos são reveladores da falta de educação escolar na comunidade quilombola Alto Brasil, Boa Vista. A escola foi fechada desde 2015. Isso ocasiona um grande problema para a comunidade, que embora esteja envolvida diretamente na situação, é afetada pela ausência de espaço de aprendizagem de qualidade, que proporcione um ensino crítico nesse lugar. Para os entrevistados, a escola da cidade, mas especificamente, a de Cururupu possui melhor estrutura e professores com *melhor* formação.

A educação nas escolas campesinas percebemos apresenta precariedade e fragilidade. Os campesinos querem e precisam de muito mais, querem uma educação do\no campo digna para todos os povos. Falando especialmente de uma educação do\no campo para os quilombolas, foram lutas intensas do Movimento Negro do Brasil. Conquistamos várias leis que tratam de políticas educacionais para as diversidades, dentre elas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para garantir o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas brasileiras, ou seja, a Lei 10639 de 2003.

São, portanto, dificuldades históricas enfrentadas pelas comunidades quilombolas: a) a discriminação racista, b) o fechamento das escolas nas comunidades quilombolas, c) a ausência de professores com formação específica para o trabalho nas escolas do campo, nas especificidades quilombolas, d) ausência de uma educação que valorize as práticas religiosas, manifestações culturais, e) ausência de uma política, um programa de saúde que valorizasse os conhecimentos das práticas de medicinas tradicionais dos quilombolas, f) uma estrada de qualidade que possibilitasse o deslocamento dos quilombolas e de suas produções para a cidade, g) exploração de crianças, adolescentes e jovens quilombolas que por falta de escola no quilombo são submetidos a diferentes tipos de exploração e escravidão como babás e empregadas domésticas, em troca de escola nas cidades, dentre outras questões.

É necessário que haja investimentos dos governos federal, estadual e municipal nas escolas do campo, pois a maioria não tem condições de funcionamento, não tem água potável, energia, esgoto sanitários, materiais didáticos e outros.

A escola do quilombo tem um significado muito importante na vida de todos os moradores do Quilombo Alto Brasil, Boa Vista e quilombos vizinhos, pois foi doada por um filho do quilombo que saiu para estudar fora, formou-se professor e voltou para o quilombo, onde ensinou por vários anos, depois tornou-consegui uma ampliação das estradas, do quilombo a MA-006, que levaria à sede do município de Cururupu.

As histórias dos entrevistados são marcadas por resistências e muita sabedoria. O que se pretendeu, portanto, foi dar visibilidade acadêmica aos sujeitos quilombolas do Estado do Maranhão, suas culturas, modos de vida, trajetórias educacionais e de como a escola pode ser um lugar de resistência, transformação social e *socialização* dos valores e da cultura quilombola para as gerações mais jovens.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 08/2012: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília: Ministério da Educação /SEB, 2012b. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/escola-de-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/órgãos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

CARRIL, L. de F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n69/1413-2478-rbedu-22-69-0539.pdf>

CASTILHO, S. D. de. Quilombo Contemporâneo: educação, família e culturas. Cuiabá: EDUFMT, 2011.

FERRAROTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, A; FINGER, M. O método (auto)biográfico e a formação. Natal: EDUFRN, Paulus, 2010.

FIABANI, A; MOURA, G; LEITE, N. L. Os novos quilombos: luta pelas terras e afirmação étnica no Brasil (1988-2008). Tese de Doutorado. 2008. Campina Grande REALIZE – Editora 2012.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Informações sobre CRQs. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br>> . Acesso em: 08 de agosto de 2019.

LEITE, I. B. Os Quilombos: questões conceituais e normativas artigo, 2002. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf

MACEDO, R. S. A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação. Salvador: Ed. da UFBA, 2000.

MARTINS, M. da C. Professoras de Escolas Rurais: Bolívia, Brasil e México. São Paulo: FEUSP, 2016.

_____. Trajetórias de formação de professoras de escolas camponesas: experiências latino-americanas. In *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n.9, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/16983>.

NASCIMENTO, A. Quilobismo: um conceito emergente do processo histórico cultural da população afro-brasileira In: NASCIMENTO, E. L (Org.) *Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora*. Sankofa. Matrizes africanas da cultura brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2009.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estud. av.* vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015. Acesso em: 14.11.2016.

OLIVEIRA, F. M. B. de. Movimento Social Quilombola. São Paulo: USP, 2009.

RAMOS, D. R. Práticas punitivas e de controle na escola: um estudo de caráter genealógico, 2010. Disponível em: http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_1376.pdf. Acesso em: 10.02.2017.

RATTS, A. (Re) conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: CARNEIRO, E; BASTIDE, R; MOURA, C; FREITAS, D. Políticas Educativas. Porto Alegre: 2006.

RIBEIRO, D. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, A. C. B. A. Educação estética e formação inicial de professores da educação básica: um estudo hermenêutico do projeto político pedagógico, na modalidade de educação à distância. São Paulo: Universidade da Cidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

SILVA, A. R. S. da. Projeto Educacional do Quilombo Asantewa: Uma Alternativa Possível? Salvador: UNEB, 2005.

VENDRAMINI, C. R. Terra, Trabalho e Educação: experiências sócioeducativas em assentamentos do MST. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000.

VIEIRA, C. C. Encontro de Memórias: Mulheres Arturas. São Paulo: Doutorado em Ciências Sociais, 2012.